

2014, ENTRE AS RUAS E O ESTADO

Marco Aurélio Nogueira*

Ao se começar a projetar o que 2014 reservará em termos políticos, não se pode deixar de lançar um olhar retrospectivo para 2013.

Ainda que não tenha provocado qualquer ruptura nem alterado a face do país, o ano de 2013 trouxe para o primeiro plano, de forma intensificada, as ruas, seus humores e seus protestos. Deixou patente que a sociedade mudou, está mais dinâmica, “líquida” e flutuante: uma nova forma de vida se constitui com vigor, torna-se progressivamente hegemônica e passa a encapsular e a direcionar as ainda vastas zonas de Brasil profundo que se espalham pelo território. Os grotões persistem, movidos em boa parte pelas remanescentes molas da vida tradicional. Porém, a cada momento, é como se a modernidade capitalista instalada nos grandes centros urbanos regurgitasse e fosse aos poucos condicionando o conjunto da sociedade.

As ruas de junho de 2013 “falaram” muitas coisas. Suas vozes verbalizaram uma insatisfação que não se imaginava presente no país, cantada em verso e prosa como em franco processo de expansão da renda e do consumo, dando passos de gigante para frente e prestes a se converter em um dos grandes *players* do mundo. Naquele mês emblemático, um olhar que não descesse às profundezas da sociedade poderia achar que tudo ia bem, melhor do que antes, que a população estava feliz com o tratamento recebido dos governos. Não consideraria que as políticas de incentivo ao consumo e de transferência de renda via Bolsa Família – que tipificaram a ação estatal na última década – estavam produzindo arranjos inusitados e expectativas crescentes, difíceis de serem atendidas. Novos protagonistas e demandas já estavam cercando e pressionando os governos. E, como as deficiências estruturais do país – na educação, nos transportes, na saúde, na infraestrutura – não eram atacadas com determinação, as expectativas cresciam envoltas em irritação e frustração, adubando o terreno para todo tipo de explosão.

O desejo de consumo e de ascensão social estimulado pelos discursos dominantes trazia consigo uma cascata de condutas intrinsecamente “individualizadas” e caóticas.

Potencializadas pelas redes sociais, turbinadas pela violência policial e pegando a todos de surpresa, as vozes fizeram-se ouvir. Os prefeitos das capitais cancelaram os aumentos da tarifa do transporte urbano, um dos estopins da mobilização. A presidente Dilma Rousseff convocou a cadeia de rádio e TV, proclamou estar “ouvindo vocês” e acenou com cinco pactos políticos para responder às ruas. O gesto inteligente revelou iniciativa, mas pouco produziu de concreto. Desse gesto sobrou basicamente o Programa Mais Médicos, que se adequou ao cenário nacional e ajudou o governo federal a recuperar parte da popularidade perdida. O programa, porém, que poderia ter sido o carro-chefe da recuperação do Sistema Único de Saúde (SUS), ficou no meio do caminho. Queimou-se uma oportunidade.

* Professor titular de teoria política e diretor do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (Ippri) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em São Paulo.

O Mundial de Futebol no Brasil vem provocando reações, iniciadas antes de 2013, de uma população apaixonada pelo esporte, mas decepcionada e irritada com o baixo padrão técnico do jogo praticado no país, com as falcatruas dos “cartolas” e, sobretudo, com as somas altíssimas gastas para financiar esse espetáculo, principalmente com a construção e a reforma dos estádios. O que deveria ser motivo de festa e de consenso nacional, assim, tornou-se algo próximo de um pesadelo, a exhibir os limites operacionais das empresas responsáveis pela construção dos estádios e pela organização do evento. Os governos, obrigados a honrar compromissos e promessas, passaram a ser corresponsabilizados pelo que foi sendo constatado como equivocado, exorbitante e mal calibrado. Começou-se a desconfiar de que o anunciado efeito positivo que a Copa teria na infraestrutura urbana do país não passaria de ilusão ou mesmo má-fé. A Copa converteu-se em ruído, polêmica e dissonância, reverberando nas ruas.

Somado a isso, houve também a violência das polícias, dos *black blocs*, dos infiltrados nas manifestações, da sociedade desigual e do cotidiano. Sob seu impulso, as ruas começaram a mostrar uma face “perigosa”, preocupante, como se democráticas não fossem. A trágica morte do cinegrafista Santiago Andrade¹ numa manifestação realizada no Rio de Janeiro fez com que se percebesse que a situação estava complicada.

É fácil criticar os governos e constatar que não souberam reagir às manifestações nas ruas em junho. Ocorre que os governos têm seus *deficit* próprios – técnicos, políticos, operacionais –, são estruturas integradas ao sistema político, e dependentes dele, logo não têm como ser melhores que ele. No Brasil de 2013, este sistema mostrou estar aquém da sociedade que está em sua base. Falta-lhe quase tudo que se espera de um organismo que existe para funcionar como esteio da democracia política e ponte pela qual trafeguem e sejam processadas as demandas e as aspirações populares. O sistema até fornece condições de governança, mas prejudica os governos, bloqueando eventuais predisposições que gestores possam ter para abrir canais de negociação com a sociedade, empobrece a política e reduz a qualidade da democracia.

Como se sabe, o padrão, o volume e a forma de expressão das demandas também determinam a qualidade das respostas governamentais. Houve um pouco de tudo a partir das manifestações nas ruas realizadas em junho, mas não houve quem dispusesse as diferentes reivindicações numa agenda que pudesse ser traduzida politicamente e determinasse as ações governamentais. O próprio movimento das ruas não mostrou particular capacidade de dialogar com o poder: denunciou o que não está bom, mas não indicou caminhos para uma mudança. Tem tido caráter mais explosivo e espasmódico que construtivo. A rapidez e a expressividade vêm sendo sua marca, não a paciência ou a “guerra de posição”. Ao se depararem com um muro de silêncio no Estado, os protestos tendem a se dispersar, e o que sobra deles acaba por se confundir com escaramuças mais agressivas e violentas.

O ano de 2013 mostrou, assim, que as relações entre o Estado (governos e sistema político), o mercado e a sociedade civil estão carentes de encaixe e coordenação. O poder de agenda de cada um desses polos é desigual: sobra no mercado, falta no Estado e na sociedade civil. Há mais competição e luta pela vida que política. Não é de se admirar que tudo pareça solto, sem rumo, fora de controle.

1. Repórter cinematográfico que teve morte cerebral no dia 10 de fevereiro de 2014, quatro dias após ser atingido por um rojão disparado por um manifestante durante protesto contra a alta da tarifa de ônibus no Rio de Janeiro.

Passado o primeiro choque, o sistema político se recompôs e submergiu no ritmo irritante de antes. Mostrou-se perigosamente indiferente às ruas, como se estivesse a alimentá-las e a pedir que voltem a agir. Não dialogou com elas, não decodificou seus sinais, não demonstrou qualquer capacidade de iniciativa e interação. Deu-se o mesmo com os governos. O mundo institucional permaneceu fechado ao mundo social. E entrou-se assim em 2014.

Os motivos, as pulsões e as circunstâncias que levaram milhões de brasileiros às ruas em junho permanecem intocados. Na ausência de respostas do sistema político, de providências governamentais e de ganhos organizacionais dos próprios manifestantes, as ruas refluíram e hibernaram. Mostraram sua juventude, sua forma política surpreendente, seu ativismo midiático que se vale de redes sociais e celulares. Não encontraram pontes e braços que as projetassem para o centro do Estado, porque os que estão no Estado não conseguem sentir as ruas, e quem está nas ruas não acredita que o Estado esteja interessado em ouvir ou dialogar. As ruas, porém, ainda que em hibernação, permanecem vivas, em condições de mobilização latente, fiéis à combinação e hipermodernidade, juventude, injustiça e caos que as qualifica.

É ilusório achar que a bonança prevalecerá depois da inesperada tempestade iniciada em junho de 2013. A insatisfação de parte expressiva da população mistura-se hoje com a resignação tradicional e com um encantamento submisso ao poder do Estado. A combinação dessas três vertentes político-culturais – insatisfação, resignação e encantamento – é nitroglicerina pura. Desaguará de algum modo em 2014.

Isso não quer dizer que as urnas beneficiarão as oposições. Antes de tudo, porque as oposições seduzem pouco, não inspiram confiança, não sugerem um futuro diferente. No meio delas, porém, há dinâmicas de novo tipo, que poderão cumprir importantes funções de oxigenação e democratização. A própria coalização governante exhibe fragilidades e carece de densidade programática e projeto. Uma eventual vitória situacionista – que hoje se mostra bastante provável –, por isso, não implicará um mero prolongamento da situação atual. A conservação das posições políticas não significará necessariamente estagnação política, sobretudo se a alta taxa de problemas do país e tudo aquilo que nele se mexe e respira forem considerados.

O país parece saturado da falta de opções, ouve com tédio os discursos políticos, no máximo com aquela vã esperança de que algum mágico dê um jeito em tudo. O clima de exasperação, a dificuldade para que se conviva com a divergência, a ausência de debate público, a fraqueza dos partidos e o baixo nível da “classe política” não sugerem que haverá um salto de qualidade no modo como se governa o país. As manifestações estão aí, mas a qualquer momento podem derivar para o caos ou esfriar. Também elas carecem de sustentabilidade e eixo.

Desponta no horizonte uma enorme crise social, que não derrubará governos, mas os desafiará como nunca.

Foi esse o recado das ruas de junho de 2013. Poderia ter havido ali uma inflexão positiva, um salto na compreensão crítica do país que se vem formando, a abertura de uma nova dialética Estado-sociedade. Não se ouviu, porém, o recado.

Em vez disso, seguiu-se com a mesmice de sempre, com o mesmo ufanismo que caracteriza o povo brasileiro, a mesma subserviência ao sistema internacional, aos bancos e aos mercados. Em vez

de se cavar uma trilha própria, um modo singular de fazer as coisas – por exemplo, de se organizar a Copa, para citar algo simples e oportunista –, comprou-se um pacote fechado. Faz-se de conta que não há desperdício, que as prometidas obras de infraestrutura virão no devido tempo, que os bilhões de reais canalizados para a construção ou a reforma dos estádios são a precondição para que tudo funcione e o país mostre ao mundo sua competência para organizar “a maior e melhor Copa de todas”. As pessoas não acreditam. Quando muito, preferem esperar para ver. Não há correntes sociais, nem torcidas ativas, que deem apoio e sustentação ao que se decide fazer no país.

As circunstâncias não pioram, vão até melhorando em alguns aspectos, mas faltam entendimentos para que se dê um arranque expressivo. Dentro e fora do governo federal ouve-se que o Estado precisa gastar menos, como se fosse possível reduzir ou redefinir despesas públicas a essa altura do campeonato. Se a vida de uma parte dos mais pobres melhorou, daí virão mais exigências de gasto; não menos. As pessoas desejam mais saúde e educação, mais transportes, e tudo com mais qualidade. Temas que exigem investimento, políticas e coordenação estatal – um projeto de país, em suma, que é precisamente o que mais falta.

As manifestações acompanharam o início de 2014. Incluem-se de “rolezinhos” a espasmos cívicos e protestos contra a Copa. Em todas elas, as agendas são idênticas: transparência, respeito a direitos, reconhecimento, espaços de lazer, transportes melhores, outra política. Em todas, o despreparo policial desaba sem muito critério sobre as multidões e se faz acompanhar de uma violência “simbólica” que o reverbera e amplifica, adicionando a ele o despreparo também dos manifestantes. Destaca-se a tragédia da hora, esquecem-se as mortes enfileiradas ao longo dos anos, o cotidiano pesado, a falta de perspectivas dos jovens, o ambiente sociocultural que não agrega. Revelam-se os violentos, sem que se expliquem as raízes da violência e o porquê de ela estar se convertendo em opção de vida.

Como em terra de presidencialismo todos os olhares estão sempre focados na presidência, parte da opinião pública e dos partidos oposicionistas passou a usar a situação para atacar o governo federal, como se fosse ele o culpado pelo descontrole e pela violência que estão por aí. Fora e dentro do governo despontou até mesmo uma onda pedindo mais polícia e repressão, assim como leis “antiterrorismo” e medidas contra mascarados. Poucas vozes políticas têm se feito ouvir. O Congresso Nacional quase não se manifesta. A manipulação vem de todos os lados. Fatos soltos, interpretações descabidas e acusações levianas passam a servir de base para que se façam ilações absurdas. Ora o alvo é um deputado, como Marcelo Freixo, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RJ), ora a culpa por tudo seria da mídia. Há quem glamorize os *black blocs* como filhotes destemperados da desobediência civil e quem se aproveite deles para propor endurecimento político. Poucos consideram o estrago que a “tática” causa ao movimento democrático.

O falatório é cortante. Dizem que o governo federal está comemorando, porque é um governo que quer criminalizar as manifestações para se ver livre delas. Falam que as mortes provocadas pela polícia são piores e muitíssimo mais numerosas. Que o perigo, como sempre, está do lado de lá. Transferem-se responsabilidades. Brinca-se com palavras e acusações, no melhor estilo da irresponsabilidade reticular dos tempos atuais. Diz-se que o Estado – guardião do capitalismo implacável – é que deve ser acusado e responsabilizado, pois seria ele, por meio de suas instituições e de seus agentes, que tolhe direitos e pratica violência. O cidadão, que apanha e sofre todo dia, teria direito à violência, não poderia ser criminalizado quando bate e machuca, pois está simplesmente reagindo a

uma violência preexistente. Sua agressão é tão somente um dano colateral a ser imputado ao Estado. As palavras se tornam peremptórias. A fila de provocações e declarações inusitadas é interminável.

O país parece estar em um vácuo político, no sentido preciso de que está sem direção e coordenação. Se há vácuo, é porque falta quem preencha o espaço: governo e oposição, instituições e sociedade civil, o campo democrático e reformador. Como a vida se transfigurou nas estruturas e na cultura, o descontrole tende a ser grande. Não se trata de “crise do governo federal”, mas de crise dos governos, das instituições, do Estado em seu conjunto. Portanto, uma crise da cultura e de uma hegemonia. Isso tudo se expressa, por exemplo, no ímpeto estetizante e performático dos manifestantes atuais. Eles não aceitam o modo “tradicional” de protestar. Querem se mostrar, aparecer, apresentar suas agendas, e máscaras são usadas também para isso.

Não é, porém, o fim do mundo. Numa situação complexa, difícil de ser governada, não se deveria criticar instituições – igrejas, partidos, entidades, órgãos de imprensa. O melhor seria exigir delas que cumpram alguma função construtiva. Os políticos desprezam a gravidade da situação, seguem batendo uns nos outros, não ensaiam qualquer aproximação ou acordo. Estão estimulados pela disputa eleitoral que se aproxima. Só contribuem para anestesiar os democratas, desencantar a população e complicar o quadro.

É preciso decifrar essa paisagem que desponta na neblina. O levantar de poeira, a culpabilização e as teorias conspiratórias não ajudam a enfrentar uma situação emergencial. Serenidade, clareza, apuração rigorosa de fatos, perspectiva política e união dos democratas são o que se tem de melhor, pois são recursos indispensáveis.

Nada, porém, nesse terreno, é fácil ou factível de imediato.

Os partidos que vêm protagonizando os principais embates políticos e eleitorais do país – o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não por acaso as duas forças políticas mais consistentes e bem estruturadas – não demonstram estar sensíveis à realidade sociocultural que os cerca. Aprofundaram ao extremo da caricatura suas diferenças, deixando de dar a elas uma estrutura programática e, sobretudo, fazendo com que sirvam para que se rompam todos os diques e se arrebentem os laços que os aproximavam. Parece difícil que venham, no futuro próximo, a convergir para alguma forma de ação democrática e reformadora comum.

Da sociedade civil saem muitos sinais e sugestões, mas pouca ação organizada e direcionada em sentido político-estatal. Os partidos, em crise e confusos diante do quadro, deixaram de ir às ruas, dialogam pouco com as organizações e com as expectativas em favor do surgimento de novas institucionalidades que compensem a lacuna que se registra na representação política. O vácuo também se faz sentir aí.

Não é preciso ler Antonio Gramsci ou Max Weber para saber que Estado é coerção, instituição que reivindica o monopólio da violência física. Só que Estado também é um conjunto de instituições e políticas, muitas das quais conquistadas pelo movimento democrático ou por revoluções reformistas que contaram com o sacrifício de gerações. Estado não é somente polícia e tribunais. É também escolas e hospitais. Expressa os interesses dominantes, mas também acolhe interesses dominados. Pode ser dirigido por um partido de esquerda, como no Brasil. Isso não muda o sistema, mas complexifica os nexos Estado-classes.

É absurdo pedir que se suspendam as manifestações e se passe a cerrar fileiras em torno da Copa que vem chegando. Ninguém sério pode propor isso. A Copa se realizará e se deseja que transcorra bem, dentro e fora dos estádios. A população, contudo, deveria ser convidada a refletir sobre o custo que terá, sobre seus efeitos no cotidiano futuro da sociedade, sobre sua eventual contribuição para a melhoria da infraestrutura e da imagem do país. Em vez de pedidos para que se contemple com ardor patriótico uma competição esportiva tópica, deveriam se pedir mais manifestações, mais política e mais democracia, os melhores antídotos contra uma dinâmica de desencanto, violência e vandalismo que só pode interessar às piores partes do sistema.